

André Vargas recua e cogita desistir de renúncia

Das Agências - Atualizado em 16/04/2014 às 02:00

Decisão foi tomada diante da possibilidade de o mandato do petista do PR ser mantido suspenso

Conselho de Ética diz que renúncia não será aceita por conta de quebra de decoro parlamentar

O deputado federal licenciado André Vargas (PT-PR) disse ontem que "está reestudando a hipótese da renúncia". O parlamentar não apresentaria sua carta de renúncia, como previsto inicialmente, devido a um impasse da interpretação jurídica sobre a eficácia de sua decisão de abrir mão do mandato.

Segundo a assessoria do parlamentar, o recuo se deu pela possibilidade de o mandato ser mantido suspenso contra a vontade de Vargas por conta de processo disciplinar instaurado no Conselho de Ética da Câmara.

Vargas foi comunicado por seus assessores que o Conselho de Ética da Câmara pedirá ao presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que não aceite a renúncia assim que o documento for protocolado. "Não sei (se renuncio). Estão dizendo que não posso fazê-lo", afirmou. Aos assessores, Vargas admitiu que vive um impasse. "Fui surpreendido com o disparate da posição do Conselho de Ética."

Uma emenda à Constituição de 1994 determina que os efeitos da renúncia ficam suspensos caso um processo disciplinar contra o parlamentar já tenha sido instaurado. Para a Secretaria-Geral da Mesa Diretora da Câmara, um deputado não é obrigado a permanecer no mandato e, dessa forma, o suplente poderia ser convocado. Neste caso, seria chamado o suplente Marcelo Almeida (PMDB-PR).

Já o presidente do Conselho de Ética, Ricardo Izar (PSD-SP), acredita que, neste caso, o mandato fica suspenso e a renúncia não pode ser aceita uma vez que Vargas responde por quebra de decoro parlamentar. "Como o Conselho pode pedir a cassação, se não tem mais mandato?", questionou.

Na avaliação de Izar, Vargas manobra para induzir o colegiado a concluir que um possível parecer desfavorável já não tem eficácia. Ele considera que o petista tenta, com essa iniciativa, jogar seu processo para a primeira instância da Justiça e evitar que o PT "sangre durante o período eleitoral". "Ele não pode renunciar depois do processo instalado", insistiu Izar.

Mais cedo, Izar esteve na Polícia Federal em Brasília solicitando a cooperação dos policiais durante o trâmite do processo disciplinar na Câmara. No dia 22, o colegiado deve votar a admissibilidade do processo contra Vargas.

Vargas é acusado de envolvimento com o doleiro Alberto Youssef, preso pela Polícia Federal sob suspeita de participação em esquema de lavagem de dinheiro que movimentou cerca de R\$ 10 bilhões.

No último dia 2, o deputado admitiu na Câmara que viajou de maneira "imprudente" em um jatinho fretado pelo doleiro, mas negou ilegalidade na relação com Youssef. Três dias depois, a revista "Veja" reproduziu mensagens que ele teria trocado com Youssef para tratar de um contrato entre uma empresa e o Ministério da Saúde.

Suplente não crê em desistência

Rubia Pimenta

O empresário curitibano Marcelo Almeida (PMDB) é o primeiro suplente da cadeira de deputado federal de André Vargas. Mesmo depois de o petista divulgar sua intenção de renúncia, Almeida não nutre expectativas em relação ao cargo. "Se ele renunciar eu assumirei, mas como a renúncia fica suspensa até a decisão final do Conselho de Ética não acredito que ele deixará o cargo", disse.

Almeida ressalta que, independente de assumir ou não a cadeira no Congresso Nacional, vai se candidatar ao Senado nas eleições deste ano. "Defendo que o PMDB lance o senador Roberto Requião como candidato ao governo. Se a convenção de junho confirmá-la, devo me dedicar exclusivamente à campanha", disse.

Se o quadro se concretizar, o segundo suplente, professor Wilson Picler (PDT), de Curitiba, deve assumir a vaga na Câmara. As chances, no entanto, não são grandes, uma vez que a maioria do PMDB do Estado defende uma aliança com Beto Richa (PSDB), lançando Alvaro Dias (PSDB) ao Senado.

Almeida foi eleito este ano o 3º político mais rico do Brasil pela revista Forbes. Entre as principais empresas de sua família está a construtora CR Almeida e a Eco Rodovias. Ele já exerceu dois mandatos como vereador em Curitiba. Em 2006, assumiu como deputado federal no lugar de Reinhold Stephanes, indicado ao Ministério da Agricultura. Tornou-se titular com a morte do deputado Max Rosenmann, em outubro de 2008, exercendo o mandato até 2011.

A bancada do PT na Câmara dos Deputados se reuniu ontem para discutir quem substituirá o deputado André Vargas (PT-PR) na primeira-vice-presidência da Casa. Entre os cotados estão os deputados Paulo Teixeira (SP) e José Guimarães (CE).

'Difícil acreditar', diz Ênio

O deputado estadual e presidente do PT no Paraná, Enio Verri, defende André Vargas. "Ele é um antigo companheiro nosso, que gosto muito, é difícil acreditar nesses escândalos", disse. Enio preferiu não se manifestar sobre a possibilidade de Vargas renunciar ao mandato. "É uma decisão muito pessoal. Na segunda-feira eu conversei com ele pelo telefone e disse que iria renunciar para preservar a família. Preferia se defender fora do mandato. Agora, com essas novas notícias [desistência da renúncia]... é melhor aguardar para ver o que tem por vir."

O presidente municipal do PT, vereador Mário Verri, destacou o caráter participativo de Vargas. "Ele tem ajudado muito a nossa região. Se ele cogitou renunciar foi pensando no melhor para o partido. Ele não quer que o caso interfira na candidatura da Dilma, da Gleisi. Ele preferiu deixar o cargo do que atrapalhar na consolidação do projeto político".

Para Mário, Vargas errou ao utilizar o avião do doleiro. "Ele mesmo confessou isso. Agora se existem denúncias mais sérias, só conhecem pela imprensa. Ele está sendo penalizado sem julgamento." /// Rubia Pimenta

SEGUNDA-FEIRA

"Disse (Vargas) que iria renunciar para preservar a família. Preferia se defender fora do mandato."

ENIO VERRI

Deputado estadual

Pasadena não foi 'bom negócio'

A presidente da Petrobras, Graça Foster, afirmou ontem que a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), não foi um "bom negócio" para a estatal. Em audiência no Senado para explicar denúncias contra a companhia, Graça repetiu que o resumo executivo

que embasou a decisão do conselho não fazia menção a cláusulas "extremamente importantes" para a tomada de posição da estatal.

"De todas as leituras e as vezes que vi o ex-presidente da Petrobras (Sérgio Gabrielli), eu não o ouvi dizendo que foi um excelente negócio. O que ele disse é que na época foi considerado um bom negócio", afirmou. "Não há como reconhecer na presente data que se tenha feito um bom negócio", complementou.

Em 3 de fevereiro de 2006, o Conselho Administrativo da Petrobras, à época presidido por Dilma Rousseff, autorizou a compra de 50% de Pasadena. Em 2012, a estatal concluiu a compra da refinaria, pela qual pagou US\$ 1,25 bilhão, segundo Graça. Naquele ano começavam a vir à tona as dúvidas sobre o negócio, agora alvo de investigações da Polícia Federal, Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU).

Em março deste ano, o Estado revelou que Dilma deu aval à compra de parte da refinaria. Em nota, a presidente justificou que sua decisão foi tomada com base em um resumo técnico, nas suas palavras, "falho" e "incompleto".

A presidente da estatal voltou a dizer que o resumo técnico encaminhado ao conselho não tinha cláusulas importantes sobre a unidade e, sem elas, não era possível fazer a análise adequada do negócio. "Nós hoje não encaminharíamos a compra da refinaria se tivéssemos todos esses dados sobre a mesa", disse, ao citar que a diretoria da empresa não tinha a seu dispor as cláusulas Put Option e Marlim. Segundo ela, se o negócio fosse hoje, a atual diretoria não aprovaria a operação.

Valor

As investigações sobre a compra suspeitam que a estatal tenha pago valor superfaturado pela unidade. Graça Foster, no entanto, afirmou que a Astra, de quem a estatal brasileira comprou a refinaria, pagou mais do que os alegados US\$ 42,5 milhões. A executiva declarou que a Astra investiu US\$ 112 milhões antes de a Petrobras comprar Pasadena. "A Astra pagou no mínimo US\$ 360 milhões por Pasadena".

O depoimento no Senado da presidente da Petrobras não fez a oposição desistir de instalar uma CPI para investigar a estatal. "Ficou claro que foi um mau negócio", afirmou o provável candidato tucano ao Planalto, Aécio Neves (PSDB-MG). "Estou me preservando para o grande debate com a chefe dela", explicou. /// Agência Estado

AGORA

"Não há como reconhecer na presente data que se tenha feito um bom negócio (comprar Pasadena)."

GRAÇA FOSTER

Presidente da Petrobras